

4

Modelos para a crítica de traduções

As vozes dos autores que apresentarei a seguir são tentativas de prescritivismo, pois oferecem procedimentos que deveriam orientar o trabalho de crítica de traduções. Entretanto, não é intenção deste trabalho eleger um modelo ou mesmo procedimentos que sejam os melhores para a atividade de crítica. As propostas de Katharina Reiss, Juliane House e Antoine Berman são brevemente descritas para que possamos entender melhor a crítica de traduções e tenhamos um parâmetro para a análise que será feita das críticas de Gabriel Perissé publicadas na revista *Língua Portuguesa*.

4.1

O funcionalismo de Katharina Reiss

Por suas importantes contribuições, a proposta de Reiss (2000) é considerada “o primeiro trabalho mais sistemático e aprofundado publicado sobre a *crítica de tradução em geral*”, pois “muito mais do que simplesmente propor um método, discute a prática crítica e tradutória em função de suas possibilidades e seus limites” (Cardozo, 2004, p.40, nota).

Como já dito no capítulo anterior, essa autora tem a meta de desenvolver uma metodologia de crítica de traduções que seja objetiva. Para ela, isso pode ser alcançado por meio de critérios e categorias relevantes que sejam verificáveis. Com esse objetivo, Reiss estabelece três categorias em seu modelo de crítica de tradução: a categoria literária (tipo de texto), a categoria linguística (elementos linguísticos) e a categoria pragmática (determinantes extralinguísticos), mantendo a sua afirmação de que cada processo de tradução deva ser considerado individualmente, com um necessário cotejo para evitar que críticas incoerentes baseadas somente na tradução sejam apresentadas.

Para ela, a crítica de tradução que examina apenas a versão traduzida, mesmo sendo prática comum, possibilita que se culpe “o tradutor em vez do autor quando o tradutor reproduziu fielmente todas as **imperfeições** do original” (Reiss, 2000, p.65, grifo meu). Para evitar que injustiças desse tipo sejam cometidas, é preciso que os críticos, assim como os tradutores, considerem a “fidelidade completa à intenção do autor do original” o principal critério para a qualidade de traduções (Reiss, 2000, p.16). Reiss faz essa afirmação mesmo entendendo ser impossível realizar uma tradução que preserve todos os elementos do original.

A postura de Reiss demonstra que ela acredita em uma crítica que seja capaz de ajudar a melhorar a qualidade das traduções que critica; por isso, para que a crítica de traduções possa ser construtiva, ela deve oferecer novas propostas para as soluções que rejeita.

A autora insiste que a crítica deve começar pela caracterização do tipo de texto representado pelo original (por meio da categoria literária), em seguida, deve realizar o cotejo do original com sua tradução, considerando tanto os elementos linguísticos (por meio da avaliação das categorias linguísticas) quanto determinantes extralinguísticos (por meio da avaliação da categoria pragmática), essenciais no processo de tradução.

Para estabelecer a sua **categoria literária**, Reiss (2000) se baseia nas três funções da linguagem do modelo de K. Buler: representativa, expressiva e apelativa. “Para ela, há a partir dessas funções, três *tipos de texto*, que se distinguem, basicamente, segundo a ênfase do texto no *conteúdo* (*texto informativo*), na *forma* (*texto expressivo*) ou no *apelo* (*texto operativo*)” (Cardozo, 2004, p.45, nota).

Além desses três, a autora ainda apresenta os textos que podem ser classificados como “*áudio-mediais*”, os quais precisam de algum tipo de meio não linguístico para a sua comunicação e que normalmente são escritos para serem falados.

Estabelecida a sua classificação, Reiss apresenta, para cada um dos tipos textuais, orientações a serem consideradas de acordo com “as exigências, pressupostos e objetivos de cada processo tradutório” (2000, p.7), já que todo par de textos, original e tradução, apresentará peculiaridades que, direcionadas por essas orientações gerais, também devem ser consideradas pelo crítico.

Para Reiss, o crítico de traduções somente poderá usar critérios apropriados em seu julgamento da tradução se tiver clareza do tipo de texto representado pelo original. Pois é na comparação com o texto original que se pode realizar uma crítica coerente que não consista em declarações impressionísticas sobre a tradução.

Nos *textos informativos*, Reiss considera que há, principalmente, a preocupação de comunicar uma informação. Segundo ela, para esse tipo de texto, o tradutor deve apresentar uma tradução que possua uma linguagem familiar ao leitor da cultura receptora. Como consequência, cabe ao crítico averiguar se as informações do original foram totalmente vertidas e se isso foi feito com clareza.

Essa orientação permite afirmar que, no caso de textos informativos, Reiss defende a realização de um processo de tradução orientado para os usos hegemônicos da língua da cultura receptora, ou, nos valendo dos termos de Venuti, que ela defende para esses textos uma tradução domesticadora.

Para Reiss, nos *textos expressivos* a linguagem é utilizada predominantemente para fins estéticos. Segundo ela, os textos pertencentes a essa classificação “*expressam* mais do que *afirmam*” (2000, p.34).

No caso desses textos, Reiss sugere que o tradutor enfrente o desafio de encontrar uma forma na língua-meta que provoque no leitor uma impressão estética correspondente àquela provocada no leitor do original. Para obter essa equivalência, ela sugere que o tradutor se inspire nos elementos formais do original (por exemplo, sons, peculiaridades sintáticas, formas estilísticas e esquemas de rima) para encontrar formas semelhantes na língua de chegada.

Para a teórica, nos textos expressivos a análise crítica deve avaliar se o tradutor conseguiu manter o nível “literário” do texto original em sua tradução. Essa informação é especialmente importante para a presente pesquisa, pois o *corpus* aqui estudado é composto unicamente de críticas de textos literários, nas quais investigarei se o crítico avaliou esse “nível literário” ou algo que possa ser relacionado a essa idéia apresentada por Reiss.

Segundo Reiss, nos *textos operativos*, por sua vez, uma informação de propósitos não linguísticos e não literários é apresentada, ou seja, há a expectativa de que o texto opere no leitor uma mudança de comportamento. A responsabilidade do crítico nesses casos é verificar se o tradutor avaliou apropriadamente esses propósitos “e se a versão na língua-meta expressa o mesmo

apelo ou evoca o mesmo resultado que o autor alcançou no original” (Reiss, 2000, p.43).

Os textos *áudio-mediais* também devem produzir no leitor da cultura receptora o mesmo efeito obtido pelo original em sua cultura de origem. Nos casos de traduções desse tipo de texto, a crítica deve julgar também se a nova versão se integra de modo satisfatório aos meios não linguísticos associados ao original.

Temos então que na tradução e na crítica dos quatro tipos de texto que constituem a categoria literária proposta por Reiss (2000) diferentes aspectos devem ser observados: nos textos informativos, o primordial é a fluência do texto de chegada; nos expressivos, a manutenção da impressão estética; nos operativos, a obtenção de um mesmo efeito psicológico no leitor; e nos *áudio-mediais*, a integração destes textos com os meios não linguísticos associados a eles.

Na **categoria linguística**, Reiss (2000) apresenta instruções que têm a ver com as características linguísticas do original e seus equivalentes na língua de chegada. Essa categoria orienta que a crítica faça referência às características lexicais, semânticas, gramaticais e estilísticas do texto. Para ela, o crítico, em sua avaliação, deve “observar se há *equivalência* em relação aos elementos semânticos; *adequação* quanto aos elementos lexicais; *correção* quanto à gramática; e *correspondência* na reprodução dos elementos estilísticos” (Cardozo, 2004, p.48).

Assim, é responsabilidade do crítico observar se o tradutor escolheu o item lexical que seja o melhor equivalente (*optimal equivalent*) dentre os possíveis na língua de chegada, de modo a avaliar a qualidade tradutória. Para Reiss, traduzir envolve a escolha do melhor equivalente dentre todos os potenciais equivalentes (*potential equivalents*) na língua de chegada (2000, p.49). Cabe comentar que essa sugestão de Reiss parece descartar as múltiplas possibilidades de leitura do original e conseqüentemente diferentes escolhas de um “melhor equivalente”.

Além dessa análise de caráter mais propriamente tradutório, a teórica orienta que o crítico deve analisar se durante o processo de reescrita foram respeitados os princípios de correção gramatical da língua de chegada, fazendo uma avaliação, nesse caso, da qualidade textual da tradução. Finalmente, o crítico deve verificar se o estilo escolhido pelo tradutor corresponde àquele do texto original.

É ao observar os elementos dessa categoria linguística, que o crítico, a meu ver, deverá julgar escolhas tradutórias que tradicionalmente têm uma repercussão muito forte como é o caso dos estrangeirismos e dos falsos cognatos.

É importante frisar que, na proposta de Reiss (2000), cada um desses tópicos que compõem a categoria linguística (equivalência semântica, adequação lexical, correção gramatical, correspondência estilística) deve ser avaliado em suas relações recíprocas e em relação ao tipo de texto que o original representa.

A terceira categoria, a **pragmática**, trata dos determinantes extralinguísticos, os quais, segundo a autora, podem ser caracterizados de modo amplo como fatores contextuais. Para Reiss (2000), o julgamento da qualidade dos equivalentes escolhidos pelo tradutor não será satisfatório se não forem também considerados os determinantes extralinguísticos que afetam tanto o original quanto sua tradução.

Os elementos extralinguísticos ou fatores contextuais elencados por Reiss (2000) são:

- o “vínculo situacional”, que permite ao leitor entender as palavras e também o contexto que evocam, mesmo quando ele não está explícito linguisticamente;
- “o conhecimento específico do objeto em questão”, que remete à necessidade de que o tradutor tenha conhecimento da área à qual pertence o texto original, para que possa fazer uso do léxico adequado na língua de chegada — essa noção parece remeter unicamente aos textos técnicos, mas também se aplica aos textos literários, em especial àqueles marcados por forte intertextualidade;
- “o vínculo temporal” e o “vínculo geográfico”, que devem ser especialmente cuidados quando o texto original estiver intimamente associado a certo período de tempo ou a certa localidade;
- “o vínculo com o receptor original”, que enfatiza o público-alvo que o autor do original tinha em mente, e não o público-alvo da tradução. Nesses casos, “o tradutor deve tornar possível ao leitor da língua de chegada perceber e entender o texto nos termos de seu próprio contexto cultural” (Reiss, 2000, p.79);

- “a dependência em relação à instância produtora do texto”, que diz respeito à influência exercida por peculiaridades culturais, sociais e até mesmo educacionais do autor sobre a linguagem do original;
- “as implicações afetivas”, que dizem respeito às preferências que uma língua apresenta por determinados usos, vocábulos ou expressões.

Uma análise mais cuidadosa desses determinantes explicita o quanto eles dependem de interpretações pessoais. Reiss (2000), que não desconsidera a individualidade de cada processo de tradução e dos agentes neles envolvidos, explica que

sob certas circunstâncias, tanto o tradutor quanto o crítico podem considerar os efeitos desses determinantes e chegar a conclusões diferentes, de modo que, apesar de toda precaução metodológica, um elemento subjetivo na crítica não pode ser totalmente descartado (2000, p. 86).

Nesse momento, a teórica volta-se para restrições à objetividade da crítica de traduções. Ela apresenta duas categorias — a **funcional** e a **pessoal** — que discutem variações no procedimento de tradução, variações essas que não devem ser desconsideradas pelo crítico.

A categoria funcional trata dos **limites objetivos** da crítica, os quais “diriam respeito a funções especiais da tradução ou a um direcionamento da tradução para um público alvo específico” (Cardozo, 2004, p.50). Por isso, é necessário que o crítico reconheça que o texto a ser avaliado pode realmente ser considerado uma tradução, de modo a que as categorias apresentadas acima possam ser utilizadas. Se o texto em questão for uma adaptação, por exemplo, não se aplicarão a ele os mesmos critérios que são utilizados para avaliar traduções, pois “a crítica de *adaptações* não pode ser realizada de acordo com os mesmos critérios e categorias apropriadas para a crítica de traduções” (Reiss, 2000, p.91).

Nos casos das adaptações, o crítico deverá substituir as categorias literária, linguística e pragmática por uma categoria funcional. Com essa nova categoria, o crítico vai avaliar se a função pretendida para o texto na cultura de chegada foi alcançada satisfatoriamente.

Já a categoria pessoal trata dos **limites subjetivos**, que são provenientes da subjetividade e da individualidade do tradutor e também do crítico. Para Reiss (2000), a categoria pessoal apresenta dois fatores: a habilidade interpretativa e a personalidade dos agentes envolvidos.

Por causa das peculiaridades individuais de cada tradutor, é impossível que haja duas traduções idênticas de um mesmo texto. Pelo mesmo motivo, um crítico dificilmente concordará com todas as escolhas feitas e todas as decisões tomadas pelo tradutor em determinada tradução. Segundo Reiss, é justamente por também estar sujeito a condições subjetivas, que o crítico não tem como fazer julgamentos unicamente objetivos, o que leva “a crítica de traduções a seus *limites* absolutos” (Reiss, 2000, p.29).

Por causa da influência da categoria pessoal, o crítico poderá apenas opor “interpretação a interpretação, ou perspectivas artísticas a perspectivas artísticas, comparando-as e mostrando como elas afetam o original e a versão na língua de chegada” (Reiss, 2000, p.113), o que lhe permite apenas resenhar o modo como essas interpretações e perspectivas foram elaboradas no par de línguas envolvidas na tradução.

Desse modo, quando se propõe a fazer uma crítica de traduções, o crítico deve ter em mente que seus julgamentos são relativos e que ela somente poderá manter certo grau de objetividade se for pautada em critérios não arbitrários e der a devida importância a suas limitações, buscando minimizá-las.

Ao considerar esse tipo de interferência no processo tradutório, Reiss (2000) por um lado ecoa a afirmação pioneira de Holmes de que “as atividades de interpretação e avaliação tradutórias sempre escaparão a uma análise objetiva **em alguma medida**, e, portanto, continuarão a refletir as posturas, atitudes e impressões intuitivas do crítico” (Holmes, 1988, p.78, grifo meu). Por outro lado, Reiss (2000) antecipa ponderações contemporâneas a respeito de possíveis juízos de valor. Segundo Britto, verdadeiramente, “é fácil demonstrar que nenhum juízo de valor é de todo livre de perturbações externas causadas por fatores que não os estritamente objetivos” (2007, p.4). E que é preciso, portanto, encarar a realidade de que há “valores relativos”, mas que tais valores relativos permitem a avaliação de traduções, não devendo ser entendidos como ausência de valor.

Finalmente a autora expõe que, “idealmente, a crítica pode estimular o seu leitor a formar a sua própria opinião, diferente e independente” (Reiss, 2000, p.113), atribuindo à crítica de traduções a responsabilidade, pelo menos parcial, de formar um público leitor de traduções mais consciente por meio das informações que oferece sobre a qualidade desses textos e sobre as características de cada processo de tradução e de cada tradutor.

O modelo de Reiss (2000), por sua vez, não ficou imune a críticas. Juliane House, cujo modelo será apresentado a seguir, argumenta que, embora ele seja de modo geral um modelo útil, não se fez acompanhar de nenhuma demonstração de sua aplicabilidade (ver House, 1997, p.22). Além disso, House afirma que o modelo de avaliação da qualidade de traduções proposto por Reiss é apenas “programático”, pois ela não dá nenhuma indicação quanto ao método preciso para estabelecer a função textual e os tipos de texto (1981, p.24).

Entretanto, a proposta de Reiss (2000) me parece válida em vários aspectos, especialmente por defender a possibilidade de uma crítica de traduções objetiva, a qual deve ser realizada por meio de um cotejo entre original e tradução cujos critérios sejam intralinguísticos (*intralinguistic*) e extralinguísticos (*extralinguistic*). Além disso, seu modelo não desconsidera que essa prática tenha seus limites (*limits*) no que tange à sua objetividade. Segundo ela, tais limites estão relacionados às fronteiras entre tradução e adaptação e, também, à subjetividade do crítico.

4.2

O modelo de bases pragmáticas de Juliane House

O trabalho de House (1981), assim como o de Reiss (2000), não trata especificamente da crítica de um tipo de tradução. O principal objetivo de seu estudo apresentado no livro *A model for translation quality assessment* (1981) era desenvolver um modelo para avaliar a qualidade de traduções em geral⁸, o que busca por meio da aplicação de sua proposta a um grupo diversificado de textos, dentre os quais podemos encontrar desde sermões religiosos a anedotas. Dezesesseis anos depois, em 1997, House lançou o livro *Translation quality assessment: a model revisited*, no qual reavalia a proposta apresentada no primeiro livro.

Os textos analisados foram divididos pela autora em duas categorias: a **categoria funcional conceitual** (*ideational functional category*) e a **categoria**

⁸ Nesse livro encontramos a seguinte afirmação da autora sobre seu modelo: “It is the purpose of this study to bring some clarification into the field of translation quality assessment by developing an eclectic model for characterizing the linguistic-situational peculiarities of the source text, comparing source and translation texts, and making objective statements about the relative match of the two texts” (House, 1981, p.2).

funcional interpessoal (*interpersonal functional category*). Para ela, nos textos pertencentes à primeira categoria a língua é utilizada para descrever as coisas do mundo real e para apresentar e avaliar argumentos e explicações (de modo geral, uma função referencial da linguagem); nos textos pertencentes à segunda categoria a língua serve, principalmente, para dar expressão ao falante e permitir que ele possa influenciar atitudes e comportamentos do ouvinte (de modo geral, uma função não referencial da linguagem).

Um ponto bastante controverso do seu modelo é a exclusão dos textos poéticos, “nos quais a forma das unidades linguísticas ganha um valor autônomo especial” (House, 1997, p.48). Ela justifica essa atitude explicando que nesse tipo de texto, que é normalmente um trabalho artístico,

a distinção usual entre forma e conteúdo (ou significado) não mais se justifica. Em poesia, a forma de uma unidade linguística não pode ser modificada sem uma mudança correspondente no significado (semântico, pragmático e textual). E já que a forma não pode ser separada de seu significado, esse significado não pode ser expresso em nenhuma outra forma [...]. Em poesia os significantes têm um valor autônomo e por isso não podem ser trocados por significantes de outra língua, embora eles possam realmente expressar o mesmo referente ou conceito. Como a natureza física dos significantes em uma língua nunca pode ser repetida em outra língua, as relações entre significados e significantes, que não são arbitrarias em trabalhos estético-poéticos, não podem ser expressas em outra língua (House, 1997, p.48).

House entra aí em uma seara espinhosa, pois a sua argumentação, se levada ao extremo, pode inviabilizar teoricamente toda e qualquer tradução, e não somente a dos textos poéticos. Não é apenas na poesia que os termos escolhidos pelo autor podem ganhar um valor autônomo, haja vista que em qualquer texto a materialidade é parte fundamental da constituição dos sentidos e efeitos em geral. Concorro que nos poemas haja uma concentração muito maior de significantes com valor autônomo, mas essa não é uma característica exclusiva desses textos; creio que seria melhor pensar em termos de uma gradação de poeticidade, fugindo, assim, a uma classificação qualitativa estanque e absoluta.

Quanto à avaliação de traduções que julga possível, House (1997) explica que em qualquer tentativa de afirmar algo sobre a qualidade de uma tradução são abordadas a natureza da relação entre um texto fonte e sua tradução, a relação entre as características desses textos e a maneira como eles são percebidos pelos agentes envolvidos no processo de tradução.

House (1997) acredita ainda que a observação dessas relações pode ajudar a determinar fronteiras entre uma tradução e outras operações textuais, tais como adaptações — problemática que ainda ocupa vários teóricos da tradução por implicar um consenso difícil de alcançar (ver Amorim, 2005).

Com essa visão da avaliação de traduções, House (1997) desenvolveu seu modelo, dentro do qual ela apresenta alguns conceitos. O primeiro e principal deles é o de equivalência, considerado pela autora o principal critério para que seja determinada a qualidade de uma tradução. Em seu modelo, a equivalência é entendida segundo visões funcionais, comunicativas e pragmáticas que se preocupam primeiramente com o uso da língua, em lugar de sua estrutura. Segundo a autora, é o conceito de equivalência que capta o *double-binding* de uma tradução, texto que dialoga “tanto com sua fonte quanto com as situações comunicativas da *linguaculture*” em que é recebida (House, 1997, p.29). Para House, a noção de equivalência é tão importante que é a partir dela que a autora define tradução como “a substituição de um texto na língua-fonte por um texto **semântica e pragmaticamente equivalente** na língua-alvo” (House, 1997, p.31, grifos meus).

No modelo elaborado por House (1981, 1997), assim como na proposta de crítica de Reiss (2000), a equivalência é uma noção diretamente associada à preservação do “significado” na transposição linguística operada na tradução, o que pressupõe uma visão que percebe o significado como algo estável que pode ser “reconhecido” pelo tradutor no original e “transportado” para a tradução, e que depois pode ser avaliado pelo crítico em sua equivalência.

Para House, esse “significado” a ser preservado no processo de tradução apresenta três aspectos importantes: o aspecto semântico, que

consiste na relação de referência ou denotação, isto é, a relação entre os símbolos ou unidades linguísticas e seus referentes em algum mundo possível, ‘mundo possível’ significando qualquer mundo que a mente humana seja capaz de construir (1997, p.30);

o aspecto pragmático, que considera o significado como ele se manifesta nos atos sociais, em situações concretas; e o aspecto textual, que diz respeito às conexões entre as frases que se unem para formar o texto.

Percebe-se nesse modelo de crítica de traduções uma tensão entre diferentes visões, pois, ao mesmo tempo em que House fala de um aspecto semântico do

significado, ela também apresenta um aspecto pragmático, unindo visões normalmente antagônicas.

O segundo conceito importante para o modelo de House é o de **função textual**, que na sua visão pragmática é definida simplesmente como “a aplicação ou uso que o texto tem no contexto específico de uma situação” (House, 1997, p.36) e que não deve ser confundida com a função da linguagem que aparece no texto.

A questão é que para estabelecer a função de um texto é preciso caracterizar o seu *perfil textual*. Para isso é preciso realizar uma análise detalhada de cada texto, considerando a situação única à qual ele está ligado. Quando a intenção é “estabelecer a equivalência funcional entre um texto original e um texto traduzido, o texto original deve ser analisado primeiro, de modo que a equivalência que porventura se busque para o texto traduzido possa ser estabelecida com precisão” (House, 1997, p.37). Segundo esse modelo, o perfil particular do texto original, é “a norma pela qual a qualidade de uma tradução deve ser mensurada” (House, 1997, p.42).

Para garantir que a situação particular de cada tipo de texto seja analisada com o nível de detalhamento adequado, a autora sugeriu algumas “dimensões situacionais” (*situational dimensions*), que destacam características do contexto situacional a serem observadas durante o processo de constituição da crítica.

Para elaborar a sua categoria de **dimensões situacionais**, House utilizou o modelo de Crystal e Davy (1969), que ela mesma afirma ter “adaptado ecleticamente”. Como resultado dessa adaptação, ela organizou as “Dimensões do falante da língua” (*Dimensions of language user*) e as “Dimensões do uso da língua” (*Dimensions of language use*), que apresentam as seguintes subcategorias (ver House, 1997, p.39):

A. Dimensões do falante da língua:

1. origem geográfica (*geographical origin*)
2. classe social (*social class*)
3. tempo (*time*)

B. Dimensões do uso da língua:

1. meio: simples/complexo (*medium: simple/complex*)
2. participação: simples/complexa (*participation: simple/complex*)
3. relação entre papéis sociais (*social role relationship*)

4. atitude social (*social attitude*)

5. *province*

Mas para estabelecer o perfil de cada texto, é necessária também uma análise detalhada que considere os correspondentes linguísticos — meios sintáticos, lexicais e textuais — em cada uma dessas dimensões. Segundo House, é por meio das dimensões situacionais e de seus correlatos linguísticos que “a função do texto se concretiza” (1997, p.42).

Além disso, a autora explica que a intenção principal de cada texto, que pode ser reconhecida por meio de seus principais aspectos textuais, deve também ser considerada. Os aspectos textuais sugeridos por House — a dinâmica temática (*theme-dynamics*), ligação oracional (*clausal linkage*) e ligações icônicas (*iconic linkage*) — foram também ecleticamente adaptados do trabalho de vários autores. Segundo House, seu tratamento dos meios pelos quais um texto produz uma característica situacional específica foi ecleticamente baseado no trabalho de Enkvists (1973) sobre estilística, no trabalho realizado na Escola de Praga sobre tema-rema (*theme-rheme*) e no estudo de Söll (1974) sobre textos orais e escritos, além do trabalho inicial de Edmondson sobre análise do discurso (1981) (ver House, 1997, p.44).

De acordo com a explicação oferecida por House (1997), a dinâmica temática registra os padrões das relações semânticas por meio das quais os temas se repetem em um texto, considerando a perspectiva funcional da frase; a ligação oracional é caracterizada pelas relações lógicas entre as orações e frases; já as ligações icônicas registram o paralelismo estrutural de frases que garantem a coesão entre elas.

Definidas todas essas categorias, seus aspectos e princípios, o modelo apresenta uma operacionalização relativamente simples para o cotejo que é proposto. O primeiro passo é fazer uma análise detalhada do texto original a fim de determinar o seu perfil textual, por meio das dimensões situacionais; e a sua função, por meio de seus aspectos textuais.

Após realizar a análise do texto original, deve-se passar ao texto traduzido seguindo o mesmo procedimento, e comparar os perfis e funções textuais encontrados nas análises para verificar seu nível de equivalência.

Durante a comparação dos perfis, os problemas de correspondência entre os textos são classificados como erros. Quando ocorrem por falta de correspondência

nas dimensões situacionais, eles são chamados de **erros velados** (*covertly erroneous errors*); quando não há correspondência entre os significados do texto fonte e os da tradução, ou quando esta apresenta problemas quanto ao bom uso da língua alvo, eles são chamados de **erros manifestos** (*overtly erroneous errors*).

Para House (1997), o julgamento final da qualidade de determinado texto traduzido será uma listagem dos tipos de erros e de afirmações sobre a relação de equivalência entre os componentes da sua função textual e a do texto original.

Como resultado da aplicação de seu modelo ao *corpus* escolhido para sua pesquisa, House (1997) percebeu que diferentes tipos de texto necessitam de diferentes processos de tradução, nos quais a noção de equivalência deve ser relativizada para que a tradução possa atender as exigências de cada um deles. Com base nessa relação — entre o tipo de texto e o processo de tradução adequado para ele — a autora desenvolveu os conceitos de **tradução manifesta** (*overt translation*) e **tradução velada** (*covert translation*). De modo geral podemos entender a noção de tradução manifesta como as relações tradutórias que se fazem notar e a tradução velada, como as que se escondem.

Antes de aprofundarmos a caracterização desses dois tipos de tradução, cabe observar que os conceitos de velado e manifesto constituem a grande contribuição da pesquisa de House. A partir deles ela estabelece não só as distinções já vistas entre tipos de erros tradutórios e entre tipos de tradução, como também a distinção entre tipos de “versão”, a qual será tratada mais adiante.

Na **tradução manifesta** o texto original é fortemente associado à sua cultura, seja por estar ligado a um evento histórico exclusivo da cultura fonte, seja por possuir um valor único como obra literária que lhe garanta um *status* dentro da cultura receptora e, algumas vezes, também em outras comunidades.

Após testar seu modelo nesse tipo de texto, House concluiu que as traduções manifestas, por causa dessas características, não possibilitam que haja uma correspondência direta com a função do texto fonte, que era a sua proposta inicial de uma boa tradução. Isso fez com que o seu modelo de avaliação da qualidade de traduções precisasse de uma importante modificação.

Desse modo, para textos culturalmente marcados pela comunidade de origem, casos em que há a necessidade de uma tradução manifesta, a autora sugere que o tradutor encontre uma “função em um segundo nível” (ver House, 1997, p.67). Nesses casos, a tradução se associará a uma nova enunciação, a um

novo contexto, sem, no entanto, conseguir apagar as marcas culturais do texto original. Assim sendo, o texto traduzido terá uma “função” diferente na cultura receptora, porque nela ele será marcadamente um texto estrangeiro; mesmo escrito na língua da cultura receptora, não terá para os leitores dessa cultura a mesma função que o original teve para os leitores da cultura de partida. Segundo House (1997), esse tipo de tradução terá nessa nova função o seu critério para avaliação de qualidade.

A **tradução velada** não é marcada como um texto traduzido, podendo mesmo ser tido como um texto original. Nesses casos, o texto original e sua tradução são produzidos para atender necessidades similares das comunidades fonte e meta. A possibilidade dessa “relação direta” entre o original e sua tradução existe porque na tradução velada um texto traduzido é escrito para ser lido como original. Assim, nesse tipo de tradução, o tradutor deve simplesmente limitar-se a transpor o texto original para a língua-alvo de modo que os leitores da tradução possam ter acesso ao texto que fora escrito originalmente em uma língua estrangeira, mas sem se deparar com as características próprias dessa língua e cultura.

Para House, por isso e ao contrário do que possa parecer, esse tipo de tradução torna-se mais difícil para o tradutor, pois ele “tem que considerar pressupostos culturais diferentes das duas comunidades a fim de atender às necessidades dos receptores da língua-meta em seu cenário cultural, e a fim de manter a função textual equivalente nas culturas fonte e meta” (1997, p.70). O tradutor deve, portanto, fazer as “adaptações” necessárias para que o texto da tradução seja fluente e pareça ter sido originalmente escrito na língua-meta.

É nesses casos que tanto o tradutor quanto o crítico de uma tradução devem fazer uso do que House chama de *filtro cultural* (*cultural filter*), por meio do qual eles vejam “o texto fonte através das lentes da cultura alvo” (1997, p.70).

A ideia de House (1997) de que cada tipo de texto fonte requer um tipo apropriado de tradução, origem da distinção entre traduções manifesta e velada, pode ser associada à orientação de Reiss (2000) segundo a qual o processo de tradução deve levar em consideração o tipo de texto representado pelo original.

Além disso, a estratégia sugerida por House (1997) para cada um dos tipos de tradução se aproxima da que é feita por Venuti (1995b): ela caracteriza a tradução manifesta como focada no texto-fonte e a tradução velada, no texto-meta

— nos termos de Venuti, respectivamente tradução estrangeirizadora e tradução domesticadora. Ela destaca que o trabalho do tradutor nas traduções manifestas é claramente visível, “[u]ma vez que a tarefa do tradutor é permitir que as pessoas da cultura-alvo tenham acesso ao texto-fonte e a seu impacto cultural nas pessoas da cultura-fonte” (House, 1997, p.112). House dá um valor central à função do texto original, defendendo que nesse tipo de tradução o tradutor deve criar condições para que o leitor observe e avalie essa função.

Além do foco na tipologia textual, outro ponto no qual a autora vai ao encontro de Reiss (2000) é que, ao lado das categorias que buscam tornar objetiva a crítica de traduções, House (1997) também considera a dimensão subjetiva da crítica, a qual, inevitavelmente, irá interferir no processo de crítica de traduções. Ela explica que, por ser um processo hermenêutico complexo, a avaliação de traduções deve também assumir seu aspecto subjetivo. Infelizmente, a autora não detalha como esse elemento subjetivo deve ser tratado no processo de avaliação de uma tradução.

A subjetividade é também determinante quando o tradutor decide se um determinado texto requer uma tradução manifesta ou velada. Para House,

[é] bem possível que haja textos para os quais a escolha de uma tradução *manifesta ou velada* é subjetiva; por exemplo, contos de fada podem ser vistos como produtos populares de uma cultura específica, o que predisporia o tradutor a optar por uma tradução *manifesta*, ou como textos sem marcas culturais específicas, produzidos anonimamente com a função geral de divertir e educar os jovens, o que poderia sugerir uma tradução *velada* (1997, p.75).

Assim, é possível deduzir que há textos originais que podem receber uma tradução manifesta ou velada de acordo com os modos diferentes e dinâmicos pelos quais podem ser percebidos e os diferentes propósitos para os quais a sua tradução pode ser organizada.

No que diz respeito às “fronteiras entre uma tradução e outras operações textuais”, House estabelece os conceitos das versões veladas e versões manifestas (*covert versions* e *overt versions*). Segundo ela, uma “versão velada é por definição uma tradução inadequada, em que a aplicação do *filtro cultural* não se justifica”; e as versões manifestas são traduções “produzidas sempre que uma função especial é abertamente acrescentada ao TT, isto é, (1) em especial quando uma tradução é escrita para alcançar um público particular” (House, 1997, p.73).

A capacidade do crítico de distinguir se as adaptações realizadas durante o processo de tradução foram feitas devido a uma correta e necessária aplicação do *filtro cultural* ou se são “erros manifestos” é, portanto, fundamental.

O pouco destaque dado aos textos literários em sua pesquisa, bem como a exclusão dos textos poéticos, poderia desqualificar a utilização de seu modelo como referencial de análise para o *corpus* desta dissertação, que se compõe unicamente de críticas de traduções literárias, algumas de poesia. Entretanto, apesar de ainda acreditar na impossibilidade da tradução poética, a autora afirma que

o modelo é e tem de ser aplicável a textos literários, [pois] na verdade as tensões que surgiram no processo de revisão do modelo entre as traduções manifesta e velada e a questão da filtragem cultural e da possibilidade de transposição cultural são claramente relevantes no que diz respeito à tradução de trabalhos de valor literário (House, 1997, p.103, grifo meu)⁹.

Além disso, o método de crítica de traduções não precisa ser voltado especificamente para textos literários para que seus princípios sejam a eles aplicados. Por isso, acredito que as sugestões de House (1997) tenham grande validade para a análise das críticas da “Versão Brasileira”.

Com a descrição dos estudos dessas duas teóricas alemãs, já vemos delinearem-se alguns princípios para a crítica de traduções, mas antes de tirar qualquer conclusão a respeito dessas possíveis diretrizes, acrescentemos a proposta de modelo crítico de Antoine Berman (1995).

4.3

A defesa da letra por Antoine Berman

Como já destacado no capítulo anterior, Berman se filia a uma visão teórica que distingue duas atitudes tradutórias: uma que prioriza o texto original, seu autor e a cultura a que pertence; e outra que privilegia a tradução, a cultura e o público a que se destina. As traduções resultantes da primeira postura são chamadas por ele de **traduções etnocêntricas** e as decorrentes da segunda, de **traduções da letra**.

⁹ Além disso, a autora também admite excluir esses textos de suas pesquisas porque estão fora do campo de interesse de suas investigações (ver House, 1997, p.103).

O trabalho teórico desse autor se desenvolve em vários textos. Para os fins desta dissertação, destacarei os livros *L'épreuve de l'étranger : culture et traduction dans l'Allemagne romantique*, de 1984, o qual foi traduzido no Brasil em 2002 com o título *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*; *La traduction et la lettre, ou L'auberge du lointain*, de 1985, traduzido no Brasil em 2007 com o título *A tradução e a letra, ou o albergue do longínquo*; e *Pour une critique des traductions : John Donne* que foi publicado em 1995, mas ainda não conta com tradução para o português ou mesmo para o inglês.

Como é neste último livro que Berman discute mais especificamente a crítica de traduções literárias e apresenta um modelo para ela, as leituras dessa obra feitas por Battisti — na dissertação *A crítica de tradução em Antoine Berman: reflexo de uma concepção anti-etnocêntrica da tradução* (UNICAMP, 2000) — e por Cardozo — na tese *Solidão e encontro: prática e espaço da crítica de tradução literária* (USP, 2004) — devido ao meu limitado conhecimento de francês, são referências fundamentais para mediação e enriquecimento de minha interpretação das ideias apresentadas e discutidas por Berman nesse livro.

Em *A prova do estrangeiro* (2002), Berman traça uma “arqueologia da tradução” e a define como “um novo objeto do saber”. Nesse livro, ele se posiciona na tradição iniciada por Schleiermacher, discutindo a ambivalência das posições do tradutor entre o que ele chama de uma “visada redutora da cultura”, que, na busca por neutralizar os elementos da língua e da obra estrangeira, permite a produção de “traduções etnocêntricas” (2002, p.17); e a “visada ética” da tradução, que defende a ideia de que “a essência da tradução é ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentralização” (2002, p.17).

A tradução etnocêntrica, na visão de Berman, é uma má tradução que, “sob pretexto da transmissibilidade, opera uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (2002, p.18). Para ele, a postura etnocêntrica impede a tradução de alcançar o seu verdadeiro objetivo de “receber o Outro enquanto outro” (Berman, 2007, p.68).

Para ele, na visada redutora da cultura, a “resistência cultural produz uma sistemática da deformação que opera no nível linguístico e literário e que condiciona o tradutor, quer ele queira ou não, quer ele saiba ou não” (Berman, 2002, p.18).

No livro *A tradução e a letra, ou o albergue do longínquo* (2007), Berman avança em sua reflexão, aprofundando a discussão dos conceitos de **tradução etnocêntrica** e **tradução da letra**. Para ele, pelo menos no Ocidente, a tradução literária é dominada por duas formas de traduzir: “a tradução etnocêntrica” e a “tradução hipertextual”. Segundo ele, essas são as formas “normais e *normativas* da tradução” ocidental, reconhecidas pela maioria dos tradutores, autores, editores e **críticos** e que têm conduzido à “condenação da tradução” como uma atividade *infidel* (Berman, 2007, p.28).

Segundo sua definição, hipertextual é a relação que liga dois textos, em imitações ou referências mais ou menos livres, como o pastiche, a paródia, a recriação livre, a paráfrase, a citação e comentários ou mesmo uma mescla disso tudo (Berman, 2007, p. 34); e etnocêntrico é o movimento que considera tudo o que está fora de sua própria cultura, tudo que lhe é estrangeiro, “como negativo ou, no máximo, bom para ser anexado, adaptado” (Berman, 2007, p.28). É justamente essa tendência para a “adaptação” que liga o etnocentrismo a uma atividade hipertextual. Para Berman, “[a] *tradução etnocêntrica é necessariamente hipertextual, e a tradução hipertextual, necessariamente etnocêntrica*” (2007, p.28).

Para ele, a tradução etnocêntrica tem como objetivo traduzir a obra estrangeira de tal forma que o leitor não “sinta” que se trata de uma tradução. Nesse caso, o tradutor deve traduzir a obra de modo a dar a impressão de que é isso que o autor teria escrito se o tivesse feito na língua para a qual o texto está sendo traduzido. As traduções que seguem esse método não deverão soar como tal, e as ideias, as intenções e o estilo do autor deverão ser adaptados para o leitor e sua cultura.

Opondo-se a esse modo etnocêntrico de traduzir, ele propõe a tradução *da letra*. Berman considera esse método ideal, pois permite que o estrangeiro (o Outro) seja recebido como tal pela cultura receptora, enriquecendo-a com elementos do texto estrangeiro. A tradução da letra, segundo ele, não é uma simples tradução palavra por palavra, nem decalque “nem (problemática) reprodução, mas atenção voltada para o jogo dos significantes” (Berman, 2007, p.16). Nesse método de tradução, o tradutor deve estar atento à materialidade do texto, parte importantíssima que deve ser preservada durante o processo de tradução.

Apesar de não defender a tradução etnocêntrica, Berman reconhece que ela pode ser utilizada em textos cuja função seja simplesmente informar ou transmitir uma ideia de modo claro e direto. Com essa atitude, ele assume a mesma postura das teóricas alemãs quanto a essa questão. Além disso, ele declara que “[c]olocar em discussão esses dois modos de tradução não significa afirmar que a tradução não comporta nenhum elemento etnocêntrico ou hipertextual” (Berman, 2007, p.37)

Além dessa distinção entre tradução da letra e tradução etnocêntrica, em *A tradução e a letra* (2007) Berman desenvolve alguns outros conceitos referentes à tradução e sua crítica. Dentre eles, destacarei o de **tradutologia**, definida como a “reflexão da tradução sobre si mesma a partir de sua natureza e experiência” a ser realizada por meio da história (2007, p.19).

Nesse exercício de reflexão, ele propõe que se opere uma destruição da tradução etnocêntrica, a fim de atingir a essência mais profunda da tradução, “que é simultaneamente *ética*, *poética* e *pensante*”, mas que, no Ocidente, se encontra oculta por uma “essência etnocêntrica, hipertextual e platônica” (Berman, 2007, p.26). Para atingir essa essência mais profunda, Berman propõe o que ele chama de **analítica da tradução**, a qual tem a responsabilidade de examinar o sistema de deformações que atingem “a letra” dos textos em qualquer processo de tradução.

No esforço de ajudar os tradutores a evitarem essas deformações, Berman busca desvendá-las para que esses profissionais, conscientes desses desvios, possam neutralizá-los. Em suas investigações, ele localizou algumas “tendências deformadoras” da tradução e apresenta uma análise das treze que julgou serem as principais: a racionalização, a clarificação, o alongamento, o enobrecimento e a vulgarização, o empobrecimento qualitativo e o empobrecimento quantitativo, a homogeneização, a destruição dos ritmos, a destruição das redes significantes subjacentes, a destruição dos sistematismos textuais, a destruição das redes de linguagens vernaculares, a destruição das locuções e idiomatismos, e o apagamento das superposições das línguas (ver Berman, 2007, p.48-62).

Em *Pour une critique des traductions* (1995), Berman faz uma reflexão teórica sobre a crítica de tradução literária; descreve o modo pelo qual a crítica deve ser realizada; faz uma aplicação do método proposto para avaliar a tradução francesa da elegia *Going to bed*, de John Donne; e, por fim, analisa a recepção

dessa tradução em artigos publicados na imprensa por ocasião de sua publicação em 1962.

Inicialmente, a crítica de traduções é apresentada por ele “como um dos gêneros da Crítica, com C maiúsculo” (Berman, 1995, p.13).

Segundo Cardozo (2004), assim entendida, a crítica de traduções literárias se aproxima da crítica literária, mas dela também se distingue por especificidades próprias do seu objeto de análise. Por isso, na proposta de Berman, a crítica de tradução literária pode ser entendida como “um *gênero* próprio, que não se confunde com a crítica literária, nem se resume a avaliações ou *julgamentos* aleatórios e impressionistas que não contribuam *positivamente* para a reflexão sobre o objeto em questão” (Cardozo, 2004, p.70).

Ao analisar as críticas de traduções existentes, Berman distingue basicamente dois gêneros: as críticas *sem forma*, que ele entende serem as análises que “se caracterizam pela homogeneidade, a *ausência de forma e de metodologia próprias*” (1995, p.45); e as críticas que apresentam uma forma (e segundo ele, uma forma forte), das quais ele destaca as *análises engajadas* de Henri Meschonnic e as *análises descritivas* de orientação sócio-crítica da escola de Tel Aviv.

Ele, porém, não aceita a postura normalmente negativa dessas críticas e propõe um projeto de crítica que se pretende “positivo” e “produtivo”: positivo no sentido de que rejeita as apreciações unicamente negativas da qualidade das traduções e produtivo no sentido de que vê a crítica como um espaço no qual não se pretende apenas julgar uma tradução, mas também melhorá-la. Para Battisti, é nesse sentido que Berman incorpora às suas reflexões o pensamento de Walter Benjamin de que a crítica de traduções funcionaria como uma reflexão sobre a obra, “mais abrangente que ela própria, sendo seu complemento, mas também sendo capaz de penetrar em seus cantos mais recônditos, para explicar o que não foi detalhado na própria obra” (Battisti, 2000, p.54).

Como acontece com tradutores e outros teóricos, Berman (1995) se incomoda com a crítica de traduções que não apresenta um formato e uma metodologia específicos. Ele nega que a crítica seja uma enumeração de erros e acertos — lembremos que House (1997) considera essa enumeração parte da avaliação crítica — ou se caracterize apenas por julgamentos que simplesmente classifiquem a tradução como boa ou ruim. Isso, porque na visão bermaniana a

crítica de traduções literárias tem a função de avaliar o trabalho realizado pelos tradutores, impedindo que os textos sejam traduzidos irresponsavelmente.

As etapas de avaliação crítica propostas por Berman serão descritas a seguir, mas deve-se ter em mente que a trajetória sugerida pelo autor não é fechada, podendo variar segundo características individuais do crítico e as finalidades de sua avaliação. E também, como ele mesmo afirma, porque não é sua intenção “apresentar um modelo, mas um percurso de análise possível” (Berman, 1995, p.64).

a) **a leitura e a releitura da tradução:** nesse primeiro momento o original é deixado de lado e o avaliador deve adotar uma postura receptiva. Segundo Berman, nisso repousa a postura básica da atividade de crítica: “suspender todo julgamento precipitado e se envolver em um longo, paciente trabalho de leitura e releitura da tradução ou das traduções, *deixando o original totalmente de lado*” (1995, p.65).

Nessas leituras o crítico analisará a qualidade textual da tradução, buscando identificar as suas “zonas textuais problemáticas” (*zones textuelles problématiques*) e as “miraculosas” (*miraculeuses*). As primeiras são as passagens em que se percebem “defeitos” na tradução, passagens em que o texto, por exemplo, é contaminado linguisticamente pelo original; já as miraculosas seriam aquelas zonas textuais nas quais se encontra um texto que nenhum escritor nacional poderia ter escrito, porque apresenta uma “escrita estrangeira” que foi harmoniosamente vertida para a língua materna. Segundo Berman, estas seriam “as áreas de graça e riqueza do texto traduzido” (1995, p.66).

b) **as leituras do original:** segundo o teórico essa etapa também deve ser realizada sem o cotejo, assim como a leitura da tradução sugerida na etapa anterior. Nesse momento, o crítico deve procurar os traços estilísticos “que *individualizam* a escrita e a língua do original” (Battisti, 2000, p.58) e realizar uma interpretação da obra que possibilite a identificação de suas *zonas significativas*. Estas, segundo Berman, “são as passagens do original que, por assim dizer, são os lugares em que ele se condensa, se representa, se significa ou se simboliza” (Berman, 1995, p.70).

Essas passagens não são facilmente reconhecidas, por isso somente um trabalho de interpretação cuidadoso as encontra. Nesse processo, o crítico deve tentar seguir o mesmo percurso do tradutor, lembrando que sua interpretação

inevitavelmente apresentará diferenças, variando de um para o outro, assim como irá variar entre diferentes críticos que se dedicarem à avaliação de um mesmo texto traduzido.

c) **em busca do tradutor**: essa etapa visa identificar quem é o tradutor, conhecer sua “identidade”. Mas a busca proposta por Berman deve ir além de descobrir informações sobre o tradutor — como as línguas com que trabalha; se é bilíngue; que tipo de textos traduz; que outras obras já traduziu; se escreve sobre a sua prática de tradução ou sobre a tradução de modo geral; se também é autor; se exerce outros trabalhos além do de tradutor —, pois é preciso “determinar a sua posição tradutória, seu projeto de tradução e o seu horizonte tradutório” (Berman, 1995, p.74).

Por posição tradutória (*position traductive*), ele entende a postura adotada pelo tradutor em relação a sua atividade, o modo como ele internalizou o discurso corrente sobre a tradução, e qual é o seu entendimento sobre a linguagem e sobre a escrita. O projeto de tradução (*le projet de traduction*), que não é um esquema a priorístico a ser aplicado mecânica e automaticamente pelo tradutor, é entendido como o modo como o texto vai ser traduzido. Resultante dessas duas noções há o horizonte do tradutor (*l’horizon du traducteur*), que pode, em princípio, ser definido “como o conjunto dos parâmetros languageiros, literários, culturais e históricos que ‘determinam’ o sentir, o agir e o pensar de um tradutor” (Berman, 1995, p.79). Para Cardozo, essa é “uma noção mais ampla de *espaço* em que se instaura a prática tradutória em geral” (2004, p.81).

Essa etapa sugere que Berman entende que a tradução é influenciada pelo tradutor e que por isso o crítico deve buscar conhecer características desse indivíduo que podem ter sido determinantes para o produto final da tradução.

d) **a análise da tradução**: essa é a etapa que Berman afirma ser “a etapa concreta e decisiva da crítica de traduções” (1995, p.83). Ela é a primeira em que a crítica bermaniana considera simultaneamente o original e sua tradução.

Ao apresentar a análise, ele primeiramente descreve as *formas de análise*, que variam de acordo com a obra traduzida que está sendo julgada (de um poema para uma antologia, por exemplo). Alertando que, de qualquer modo, todas devem analisar os textos em sua totalidade e não apenas trechos isolados. Além disso, ele incentiva que a análise considere, se houver, outras traduções já realizadas para a obra em questão (Berman, 1995, p.83). Segundo Cardozo, o

teórico se refere aqui à afirmação de Derrida, segundo a qual toda *primeira tradução é imperfeita e impura* (ibidem): *imperfeita*, pois nela se manifestariam sobremaneira uma *défective traductive* e o impacto sofrido a partir das *normas*; e *impura*, no sentido de que toda *primeira tradução* seria ao mesmo tempo *tradução e introdução*. Por essa razão, toda *primeira tradução* chamaria por uma *retradução* (2004, p.82).

Em seguida, Berman apresenta os cotejos que devem ser realizados entre os textos. O principal deles acontece utilizando-se as zonas textuais problemáticas e miraculosas da tradução e as zonas significativas do original encontradas nas duas primeiras etapas. Um cotejo da tradução com seu projeto também é desejável, para investigar “‘*como*’ a tradução realiza o seu projeto” (Cardozo, 2004, p.83).

Após isso, ele discute o *estilo do cotejo*, que “deve ser regido pelo princípio da *legibilidade* (no sentido de uma comunicabilidade)” (Cardozo, 2004, p.84), e informa que há quatro perigos para a crítica: prender-se a uma terminologia técnica; evocar demais a língua do original; ser muito minuciosa; e limitar-se a uma análise isolada que não levante nenhum questionamento. Para que esses perigos sejam evitados, Berman sugere que sejam adotados três “procedimentos”: *a clareza da exposição*, *a reflexividade* (que retoma as afirmações feitas durante o percurso de análise) e *a digressividade* (que garante que se reflita com profundidade sobre as questões levantadas pela crítica) (1995, p.87).

Antes de passar para a próxima etapa, Berman ainda discute os *fundamentos da avaliação* nos quais ele reconhece a impossibilidade de se chegar a uma posição neutra, pois o crítico, em alguma medida, irá privilegiar suas concepções de tradução e literatura. Como solução, ele sugere que se busque um consenso em um *duplo critério* (*double critère*): um critério de ordem ética e um de ordem poética (Berman, 1995, p.83). Seguindo o *critério poético*, o crítico avalia se foi realizado, dentro das possibilidades de cada projeto, um trabalho textual que mantenha equivalente na tradução a textualidade do original. Seguindo o *critério ético*, ele avalia se houve respeito ao original, ou melhor, “*um certo respeito ao original*” (Berman, 1995, p.92). Segundo o teórico, existem muitos modos de manipular o original que “remetem a uma atitude profundamente desrespeitosa do tradutor em relação não somente ao original, mas, em última instância, aos leitores” (Berman, 1995, p.93). Para ele, alterações no texto original somente não serão consideradas fraudes se forem anunciadas. Assim, se o crítico descobrir, por

exemplo, que uma adaptação está sendo apresentada aos leitores como uma tradução é seu dever denunciar essa atitude antiética.

e) **a recepção da tradução**: nessa etapa o autor sugere que seja feita uma análise das críticas que já foram publicadas sobre determinada tradução. Essa análise tem como objetivo dar ao crítico referências para descobrir se e como as traduções dessa obra foram julgadas e apresentadas ao público pela imprensa (Berman, 1995, p.96).

A dificuldade prevista por Berman para a concretização dessa etapa é que geralmente quando é publicada uma resenha sobre uma tradução, não são mencionados nem o tradutor, nem o fato de ser aquele um texto traduzido. Desse modo, o primeiro passo é avaliar se a tradução já apareceu na crítica **como uma tradução**.

f) **a crítica produtiva**: deverá ser utilizada apenas quando uma tradução precisar de uma nova tradução, ou seja, de uma retradução, seja porque apresenta algum problema, seja porque se trata de uma tradução antiga, datada. A crítica produtiva indica os princípios para a organização da retradução da obra em questão, a qual contaria com um novo projeto de tradução que permitisse melhorá-la.

A retradução é também a solução encontrada pelo teórico para evitar que más traduções sejam perpetuadas. Para ele, se as más traduções não forem criticadas e não receberem do crítico uma proposta de retradução, elas podem suscitar outras traduções de má qualidade. Além disso, ele acredita que “a *vida* mesmo da tradução reside na pluralidade imprevisível das versões sucessivas ou simultâneas de uma mesma obra” (Berman, 1995, p.97).

Nesse sentido, considero que a indicação da comparação entre diferentes traduções de um mesmo original e principalmente a sugestão de que a crítica seja positiva e produtiva são diferenciais da crítica de traduções literárias enunciada por Berman.

* * *

A proposta de Berman (1995) encerra a descrição de modelos para a crítica de tradução. As informações expostas confirmam que a tarefa do crítico de traduções não é fácil. E, mesmo que o nível de detalhamento sugerido por cada

um dos teóricos aqui estudados esteja mais adequado a trabalhos de pesquisa acadêmica do que à crítica realizada no contexto jornalístico da revista *Lingua Portuguesa* devido ao seu limitado tempo de execução e espaço para a publicação, os objetivos aqui anunciados buscam apenas verificar em quais pontos a crítica desenvolvida na revista converge com as orientações desses teóricos ou delas diverge.

Com certeza há diferenças entre os três modelos, sobretudo quando os avaliamos em seus estágios mais avançados de elaboração, mas há entre eles pontos de convergência no que tange a alguns de seus princípios. De modo geral, as propostas descritas chamam atenção para a necessidade de uma crítica de traduções que seja objetiva, sem desconsiderar as subjetividades inerentes ao processo, em especial no caso do tradutor, mas que buscam minimizar a interferência de juízos pautados em avaliações impressionistas. Os teóricos descrevem princípios e procedimentos de análise que são os meios pelos quais eles acreditam que se possa atingir essa desejada objetividade.

Eles entendem a crítica de traduções como um necessário espaço de reflexão sobre as traduções realizadas em determinada cultura, a fim de “melhorarem” a sua qualidade — uma reflexão que seja resultado de uma crítica positiva, que não se limite a apontar defeitos.

Outro ponto interessante é a orientação para que seja feito um cotejo detalhado entre o original e sua tradução, o qual compõe o centro dessas três propostas metodológicas para a crítica de traduções — uma comparação que considere os textos na íntegra e não apenas alguns trechos e que se baseie em princípios de fidelidade e equivalência.

Se assumirmos um posicionamento pós-moderno de entendimento da linguagem, segundo o qual não há significados estáveis que possam ser resgatados e transferidos para o texto traduzido, e que tampouco seria possível identificar uma intenção do autor do original, as propostas desses teóricos se enfraquecem, pois parecem assumir um posicionamento essencialista do significado. Por um lado sim, pois os modelos desacreditam qualquer crítica de traduções que não faça um cotejo que julgue a “relação” entre a tradução e o original com base em uma “equivalência” de sentidos e formas; por outro lado não, já que admitem a existência de fatores subjetivos e contextuais que influenciam tanto as interpretações do tradutor quanto as do crítico. Para esses três teóricos a crítica de

traduções realmente válida só deve e pode acontecer em esferas nas quais é possível haver “objetividade” de julgamento, em que a avaliação não é “contaminada” por fatores subjetivos ou ideológicos.

A avaliação da qualidade linguística do texto traduzido também é creditada pelos três teóricos ao crítico da tradução, que deve cuidar para que os usos da língua-meta não sejam rompidos, mesmo quando o tradutor adotar uma postura mais estrangeirizadora.

A tipologia textual, amplamente discutida por Reiss (2000) e por House (1997), bem como a atenção dedicada por Berman (1995) exclusivamente à crítica de tradução literária demonstram como a atividade de crítica de traduções deve considerar de modo específico cada tipo de texto a ser avaliado, ou, mais ainda, deve considerar cada par original-tradução um caso único.

A distinção entre tradução e adaptação (ou outros tipos de versão) é valorizada pelos teóricos porque consideram que são operações diferentes que, por isso, requerem diferentes metodologias e parâmetros de crítica. Para Berman (1995) em particular, a questão nesse caso é ética e o crítico deve denunciar se outros tipos de texto estão sendo apresentados enganosamente aos leitores como traduções.

Mas há também pontos que, embora destacados por apenas um dos teóricos, considero importante observar em minha análise. House (1997) é a única que apresenta de modo claro a problemática do erro, apresentando o que o seu modelo de avaliação identifica como tal. Berman (1995) é o único a considerar explicitamente a crítica de traduções como potencial fator para melhorar, de modo geral, o desempenho dos tradutores. Mais do que isso, ele acredita que as sugestões dadas pelos críticos a cada tradução considerada insatisfatória podem contribuir para que essas traduções ganhem uma retradução.

Neste capítulo, busquei descrever princípios teóricos da crítica de tradução, em especial da crítica de traduções literárias, princípios que constituirão o referencial da análise do *corpus* desta dissertação. No próximo capítulo farei um pequeno percurso pela prática de crítica de traduções literárias publicadas no Brasil, dando destaque aos trabalhos de Paulo Rónai e de Agenor Soares de Moura, com especial atenção ao trabalho deste último. Com isso procurarei verificar se o trabalho de Perissé possui “heranças” do trabalho daqueles críticos.